

KRIEGHBAUM, H. (1970). A CIÊNCIA E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA. RIO DE JANEIRO: EDIÇÕES CORREIO DA MANHÃ.

Fábio Ribeiro

De que forma tratavam os jornalistas a informação de ciência na primeira metade do século XX nos EUA? Que papel desempenhavam os cientistas na promoção da visibilidade da investigação científica? E os leitores? Que interesse lhes despertava o noticiário científico? Três protagonistas – jornalistas, cientistas e leitores – concentram as atenções da obra de Hillier Krieghbaum (1902-1993) “A ciência e os meios de comunicações de massa”¹. Questões pragmáticas para um escritor de poucos devaneios e divagações. Frases curtas, numa obra extraordinariamente bem documentada sobre a informação de carácter científico na imprensa dos EUA. Krieghbaum, antigo professor de jornalismo na Universidade de Nova Iorque durante 25 anos, recorre a toda uma documentação vastíssima de fontes de informação para refletir sobre as dissidências do trabalho jornalístico de ciência - recortes de imprensa, anotações de congressos, intervenções em jantares de homenagem ou recolha de fundos para causas beneficentes, tão habituais na sociedade americana. Tratando-se de um estudo pioneiro sobre a relação entre a ciência, os meios de comunicação de massa e os cidadãos, o autor identifica um conjunto de situações problemáticas que, aparentemente, não têm sido resolvidas entre os quase 50 anos que separam a publicação da primeira edição deste livro e a presente leitura.

Estruturalmente organizado em 14 capítulos relativamente curtos, o livro segue uma ordem gradativa na complexidade de questões apresentadas. Nos três primeiros, o autor apresenta algumas considerações básicas sobre a necessidade de promover um maior conhecimento da ciência (capítulo um. “para quê?”), explicando diferentes tipos de trabalho jornalístico – noticiário, reportagem, etc. – (capítulo dois) e os conflitos mais comuns entre jornalistas e investigadores (capítulo três). Entre os capítulos quatro e décimo, o autor centra-se, com outro detalhe, na dimensão humana deste triângulo relacional: jornalistas/editores; cientistas; consumidores/leitores. Nos capítulos finais, a obra desdobra-se em maior complexidade, com a identificação das principais barreiras – internas e externas – da atividade do jornalista de ciência, de um conjunto de sugestões para o “treino para escritores sobre ciência” e, ainda, a antecipação de alguns cenários de futuro para o jornalismo de ciência. Um desejo incontido de Krieghbaum percorre transversalmente a obra: que a ciência constitua matéria relevante para o público, bem trabalhada pelos jornalistas e em articulação estreita e cúmplice com os cientistas.

¹ Traduzida do original por Maria Christina Lacerda Rodrigues, publicado em 1967, com o título *Science and the Mass Media* (Nova Iorque: New York University Press; Londres: University of London Press Limited. (pp. 276; £39.42 – Amazon.com).

Ainda que o tratamento jornalístico de temas de ciência possa motivar o interesse e acompanhamento de uma comunidade de leitores restrita, parece ser relativamente consensual admitir a importância de conhecer o trabalho levado a cabo pelos cientistas. Como recorda Krieghbaum, em 1967 a National Association of Science Writers (NASW) dos EUA inquiriu 1919 indivíduos sobre hábitos de leitura de notícias de ciência, tendo um grande número – 83% – reconhecido a necessidade de se conhecer melhor a investigação científica para que a sociedade encontre “um mundo melhor”. Mais recentemente, um estudo realizado com 3748 cientistas dos EUA, de fevereiro de 2015, do instituto norte-americano *Pew Research Center*, validou idênticas premissas, referindo que 71% dos investigadores acredita no interesse do público pelo seu trabalho e 53% defende que as notícias publicadas pelos média motivam debates ou conversas entre os próprios cidadãos. No entanto, Krieghbaum chama a atenção do interesse estratégico, enganador e, por vezes, mesquinho de setores do grande público que apenas reconhecem à ciência o interesse que esta pode gerar a partir das descobertas medicinais ou da expansão espacial (pp. 59-60).

As perguntas mais diretas do livro surgem logo a abrir o primeiro capítulo: “para quê? [apostar na comunicação da ciência]” Qual a pertinência de se noticiar a ciência? É uma forma inteligente de prender o leitor, quase que obrigando a que formule por momentos as suas próprias respostas. Depois, avança-se uma justificação possível: “não só de boa saúde, mas a própria vida pode depender da comunicação e do conhecimento para a salvação da potencial vítima ou para o médico que trata dela” (p. 8). Posteriormente, segue-se o habitual argumento da responsabilização pública perante o trabalho dos cientistas. O financiamento da ciência deriva, em muitos casos, de um investimento do Estado. Pelas contas da *National Science Foundation* dos EUA, refere Krieghbaum, a contribuição efetiva dos contribuintes para a ciência subiu de 0,8%, para 15,6% entre 1940 e 1965. Em teoria, aos cidadãos, como patrocinadores indiretos da investigação reserva-se o direito de conhecer os resultados do trabalho científico. Algumas décadas depois, Carl Sagan (1989) haveria de retomar um pouco esta ideia, quando argumentava que a “ciência é uma ferramenta essencial para a democracia numa época de mudança. A tarefa não reside apenas em recrutar mais cientistas, mas aprofundar o conhecimento público da ciência” (citado em Sanchez et al., 2014, p. 50).

No capítulo três, Krieghbaum ensaia, ainda que brevemente, algumas das principais dificuldades na convivência entre jornalistas e cientistas. Recorda a intervenção de Nathan Haseltine, jornalista do *The Washington Post*, quando foi distinguido com o Prémio George Westinghouse, em 1953, para profissionais da comunicação nesta área. Haseltine referiu várias linhas de conflitualidade: para que um artigo científico seja popular, é preciso que seja divertido ou apelativo aos olhos do leitor, o que supõe, desde logo, uma grande destreza lexical para formular um bom título ou *lead*; a relutância do público em desconstruir a linguagem própria da ciência; os jornalistas tendem a encarar pequenos avanços da ciência como notícias definitivas, com o propósito de lançar o acontecimento antes da concorrência. Os cientistas escondem tanto quanto podem as tais ‘novidades’. Isso acontece devido a imperativos da proteção da confidencialidade

dos dados dos pacientes ou à necessidade de desenvolver mais testes que confirmem resultados definitivos.

Entre os capítulos quatro e décimo, Krieghbaum sublinha a dimensão humana neste livro. Explora a natureza do trabalho do jornalista de ciência, acrescentando-lhe uma perspetiva sociodemográfica, assim como alguns comportamentos rotineiros da profissão. Krieghbaum recorda cinco estudos, realizados durante a década de 1930 nos EUA pelo já referido NASW, destinados a caracterizar o perfil-tipo destes jornalistas: licenciado; aproximadamente 40 anos; “há mais ou menos 25 anos fora do ginásio” (p. 89); sem pretender realizar um doutoramento; confiante, muito viajado, marcando presença obrigatória na convenção anual da Associação Médica Americana, entre outros eventos de carácter científico; bem remunerado, mas pouco reconhecido pelos colegas de redação. Além disso, são jornalistas, na maioria, oriundos de Nova Iorque; leitores compulsivos de revistas científicas e colecionadores de notícias sobre ciência na imprensa. O autor refere-se poucas vezes às Ciências Sociais ou às Humanidades. No entanto é curiosa a forma como as traz para este contexto: “para os cientistas sociais, o jornalista sobre ciência funciona como um observador, professor, guia ou anfitrião” (p. 108). A finalizar, Krieghbaum destaca ainda algumas das críticas mais comuns dos cientistas ao trabalho dos jornalistas: seleção deficiente do material subjacente ao tratamento noticioso; falta de exatidão, distorções científicas e sensacionalismo.

Sobre os consumidores de notícias científicas, o mesmo estudo do NASW demonstrava que os leitores destes espaços informativos partilhavam maiores níveis de instrução, rendimento económico e hábitos de leitura mais regulares. Ainda assim, a maioria dos inquiridos manifestou-se satisfeita com a quantidade “suficiente” de notícias publicadas nesta área. Quanto ao género, o estudo sugeriu que os homens preferem o “noticiário científico”, divergindo das mulheres que tendem a consumir o “noticiário médico”. Para distinguir diferentes tipos de consumidores quanto ao grau de conhecimento, Krieghbaum propõe uma tipologia: ignorância pura; má informação; consciência mínima das novidades; compreensão alargada; cidadão ativo.

Como já foi referido, o autor reserva a complexidade da obra para os capítulos finais, começando pela enumeração das principais barreiras internas e externas do exercício da atividade de jornalista de ciência. Nas redações, o jornalista terá, segundo Krieghbaum, dificuldades para traduzir detalhes técnicos da linguagem científica para o entendimento do indivíduo comum (p. 200), no quadro de um já reduzido espaço destinado à ciência pela imprensa. O antigo docente assinalava a latente falta de formação dos editores de ciência, embora neste caso poucos dados desenvolva. Do ponto de vista externo, sublinhava a censura do governo para o debate de certas áreas científicas. Para exemplificar, usou o caso do debate sobre doenças oncológicas e consumo de tabaco em meados do século XX, que padeceu de grandes reservas e desacreditações por parte de algumas instituições estatais norte-americanas. Krieghbaum considerava também que determinadas empresas do ramo farmacêutico estavam a condicionar o trabalho dos jornalistas, atrasando a publicação de informações que comprometiam o resultado de certos fármacos, uma linha de pensamento que ainda hoje é alvo de inúmeras

especulações e debates. O escritor referia que a ciência – por vezes cautelosa e hesitante, mas livre, aberta à exploração de novos conhecimentos – operava num ritmo distinto do imediatismo a que os média estão sujeitos.

A finalizar a abordagem mais complexa desta temática, dois breves apontamentos. No capítulo treze, Krieghbaum organiza algumas ideias sobre o “treino para escritores de ciência”, que inclui desde as regras mais básicas do jornalista de qualquer área, nomeadamente o acompanhamento noticioso da editoria em que se inscreve, a competências mais específicas, como a necessidade de trabalhar em articulação estreita com cientistas, manifestar interesse em cursos de pós-graduação, acompanhar o trabalho das revistas científicas com maior impacto ou, ainda, concorrer a um conjunto alargado de bolsas de iniciação científica para jornalistas, que à época eram dinamizadas pela Fundação Nieman Lab, da Universidade de Columbia ou pelo Serviço de Notícias da Universidade de Wisconsin. No último capítulo, a visão mais futurista de Krieghbaum, com a antecipação de alguns cenários para o jornalismo de ciência. Dado o desfazamento temporal entre a publicação da obra e esta leitura, é possível estabelecer olhares comparativos. Krieghbaum aponta à necessidade de melhorar o conteúdo do trabalho publicado nesta área, recorrendo a um estilo mais apelativo e informal, ainda que não exemplifique concretamente que alterações devem ser implementadas a este respeito, numa ideia que se torna portanto vaga. Previa que o tempo traria mais jornalistas para esta área e que o aumento do rendimento e da instrução do público obrigaria os jornais a publicarem mais conteúdos sobre ciência, duas previsões que parecem ambiciosas, mesmo nos dias de hoje. O autor defende que a escola e os média continuarão a ser os principais informadores de ciência, uma tendência que ainda hoje se mantém incontornável (Carvalho & Cabecinhas, 2004). Apela também aos jornalistas que evitem o uso de expressões repetidas como “grande investida”, “passo à frente” ou “descoberta”. Estas construções fráscas, que ainda hoje surgem muito popularizadas no discurso mediático, surgem como resultado de uma certa propensão dos média para acrescentar alguma espetacularidade às notícias de ciência. Krieghbaum refere ainda que o amadurecimento das Ciências Sociais resultará na abrangência de um maior número de estudos sobre a vida social e pública, outra previsão coerente com a atualidade.

Esta necessidade de atualizar os pressupostos da obra de Krieghbaum consiste, muito provavelmente, num dos grandes desafios para a investigação nesta área. A forma como hoje se comunica a ciência depende inexoravelmente de um esforço que não poderá ser mais entregue ao domínio exclusivo dos jornalistas. Krieghbaum não explora outras formas de os cientistas alcançarem o reconhecimento do seu trabalho fora da esfera mediática e essa será, porventura, uma das limitações mais evidentes de uma obra excessivamente “mediocentrada”.

A “comunicação da ciência”, imersa, também, numa autêntica patinagem lexical onde cabe tudo e ao menos tempo sobram entendimentos concretos (Carvalho & Cabecinhas, 2004), profissionalizou-se indubitavelmente. Como resultado da globalização tecnológica e migratória, das múltiplas oportunidades de formação académica e profissional, existem seguramente mais fontes de informação, pontos de escuta e

realidades que escapam a certos holofotes mediáticos. Laboratórios, centros de investigação, investigadores acumulam-se pela batalha da citação – algo que Krieghbaum não conseguira prever – por *downloads*, consultas, internacionalização, projetos e bolsas (Martins, 2012). No fundo, o tempo não resolveu as necessidades de uma maior visibilidade, de uma valorização efetiva de todo o trabalho científico e de um debate em torno do impacto concreto da investigação no quotidiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Carvalho, A. & Cabecinhas, R. (2004). Comunicação da ciência: perspectivas e desafios. *Comunicação e Sociedade*, 6, 5-10.
- Krieghbaum, H. (1970). *A ciência e os meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Edições Correio da Manhã.
- Martins, M. L. (2012). A política científica e tecnológica em Portugal e as ciências da comunicação: prioridades e indecisões. *Atas do 1º Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana* (pp. 331-345). S. Paulo: CONFIBERCOM / SOCICOM.
- Pew Research Center, Internet, Science & Tech. (2015). *How Scientists Engage the Public*. Retirado de <http://www.pewinternet.org/2015/02/15/how-scientists-engage-public/>.
- Sanchez, A.; Granado, A. & Antunes, J. L. (2014). *Redes sociais e cientistas*. Lisboa: Nova Escola Doutoral – Reitoria da Universidade Nova de Lisboa.

NOTA BIOGRÁFICA

Fábio Ribeiro é investigador e gestor de ciência do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) - Universidade do Minho. É doutorado desde 2013 em Ciências da Comunicação (grau europeu).

E-mail: fabio.ribeiro@ics.uminho.pt

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 4710-057, Braga, Portugal.

* **Submetido: 10-10-2015**

* **Aceite: 16-10-2015**